

## QUEM FOI O AUTOR DE «A COMPLETE ACCOUNT»?

### 0. Introdução

A investigação académica relacionada com o ensino das línguas vivas estrangeiras caracteriza-se actualmente por uma grande vivacidade que se manifesta no constante surgimento de novas propostas, na publicação de inúmeros livros e revistas, na realização de seminários, congressos e conferências, tanto a nível nacional como internacional. A grande preocupação é a busca de soluções que atenuem a conhecida frustração de docentes e aprendentes de línguas estrangeiras, insatisfeitos com os resultados da actividade de ensino e aprendizagem. Tal insatisfação não é fenómeno novo: tem sido sentido geração após geração e, em todas as épocas, tem sempre surgido alguém com novas ideias, às vezes apregoando autênticas panaceias, com vista ao encontro de soluções. Apesar dos claros progressos que se têm registado, em cada nova geração, a frustração existe ainda, justificando e estimulando uma sequência de novas tentativas.

No entanto, essa actividade tem-se desenrolado sem que, na generalidade dos casos, se tenha prestado a devida atenção à história do ensino das línguas, isto é, sem se atentar, como convém, na forma como os métodos e as atitudes didácticas e linguísticas evoluíram ao longo dos muitos séculos que a referida história<sup>1</sup> já abrange e que, em certa medida, justifica e serve de base àquilo que agora se vai fazendo. Tal omissão está na origem de alguma confusão, conforme, muito judiciosamente, nos recorda L. G. Kelly:

«Nobody really knows what is new or what is old in present-day language teaching procedures. There has been a vague feeling that modern experts have spent their time in discovering what other men have forgotten; but as most of the key documents are in Latin, moderns find it difficult to go to original sources. In any case, much that is being claimed as revolutionary in this century is merely a rethinking and renaming of early ideas and procedures»<sup>2</sup>.

Embora tenham já decorrido duas décadas sobre a data em que Kelly publicou estas afirmações, elas continuam plenas de actualidade. E é, sem

---

<sup>1</sup> Segundo KELLY, Louis G. — *25 Centuries of Language Teaching: 500 BC 1969*, Rowley, Massachusetts, Newbury House Publishers (Second printing), 1969, o ensino das línguas estrangeiras já conta com vinte e cinco séculos de existência.

<sup>2</sup> *Ob. cit.*, p. IX.

dúvida, em consequência do desconhecimento da história do ensino das línguas que alguma da terminologia e das propostas lançadas pelos didacticistas tidos como inovadores nas duas últimas décadas, por exemplo, têm sido divulgadas e aceites como novidades. Mas para aqueles, poucos, que, de uma forma ou de outra, se têm debruçado sobre essa história, tais propostas acabam por ter um sabor a requentado. Poderíamos ilustrar esta afirmação, fazendo referência à 'abordagem natural' ('the Natural Approach'), ligada ao nome de didacticistas norte-americanos, nomeadamente ao de Stephen Krashen<sup>3</sup>.

Para quem a analisar com cuidado, a 'abordagem natural' assemelha-se em muito (salvadas as diferenças impostas por um século de separação e, especialmente, pelos recursos tecnológicos à disposição do professor moderno) ao Método Natural de finais do século XIX<sup>4</sup>. Outro tanto se poderia dizer sobre o ensino das 'funções de linguagem', um termo de grande popularidade nos domínios da moderna abordagem comunicativa, que surgia com outras designações (ou mesmo sem qualquer designação específica) em quase todas as velhas gramáticas publicadas ao longo de todo o século XVIII e até meados do século XIX<sup>5</sup>. Sem pretendermos com isto dar a entender que nada de genuinamente inovador exista nas modernas metodologias aplicadas ao ensino das línguas estrangeiras, não nos restam dúvidas de que seria de grande utilidade proceder-se a um estudo cuidado dos métodos do passado. Tal estudo acabaria, com toda a certeza, por fornecer conclusões (talvez surpreendentes) confirmativas do que Kelly diz na citação que apresentámos acima. E, se tal acontecesse, poder-se-iam poupar muitos dos esforços que actualmente se vêm fazendo na procura de soluções inéditas que, bem vistas as coisas, já foram esquecidas após existência mais ou menos duradoura noutros períodos da história da educação.

<sup>3</sup> KRASHEN, Stephen D.; TERRELL, Tracy D. — *The Natural Approach: Language Acquisition in the Classroom*, Oxford / San Francisco, Pergamon Press / Alemany Press, 1983.

<sup>4</sup> Dois nomes, entre outros, andam ligados a este método: o do alemão Gottlieb Henes, autor de *Der Leitfaden für den Unterricht in der deutschen Sprache ohne Sprachlehre und Wörterbuch*, e que, nos Estados Unidos, por volta de 1886 «had started a school for teaching languages by a «natural method» (cf. MACKEY, William Francis — *Language Teaching Analysis*, Longmans, 1969 (third impression), p. 143); e o de M. D. Berlitz, fundador de uma grande organização internacional designada por *Berlitz Schools of Languages*, algumas das quais ainda hoje existentes.

Sobre o Método Natural, suas características e nomes a ele ligados cf. HOWATT, A. P. R. — *A History of English Language Teaching*, O. U. P., 198-200; CHAGAS, Valmir — *Didáctica Especial das Línguas Modernas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1954, pp. 35-38; e CLOSSET, François — *Didactique des Langues Vivantes*, Bruxelles, Marcel Didier, 1949, p. 15. Ver igualmente BERLITZ, M. D. — *The Berlitz Method. Illustrated Edition for Children*, Paris, The Berlitz School, 1921, pp. 3-6.

<sup>5</sup> Era com o óbvio propósito de fornecer aos 'curiosos' (era este o termo utilizado pelos gramáticos de então para se referirem aos estudiosos das línguas estrangeiras) enunciados úteis para a comunicação pragmática que CASTRO, Jacob — *Grammatica Lusitano-Anglica, ou Portugueza, e Ingleza, a qual serve para instruir aos Portuguezes no Idioma Inglez*, Lisboa, na Offic. de Manoel Coelho Amado, 1777, por exemplo, apresentava as suas 'frases familiares', em que se incluíam, entre muitas outras, «expressões de carinho» (p. 194), «Para agradecer, e cumprimentar, ou mostrar benignidade» (p. 195). «Para afirmar, negar, consentir» (p. 197) etc.. Ressalvadas as devidas diferenças, na essência, há muito de comum entre isto e, por exemplo, *The Threshold Level*.

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

É o reconhecimento desta utilidade que tem levado alguns estudiosos a dedicarem tempo e trabalho à pesquisa de materiais antigos. Os resultados vêm sendo postos à nossa disposição e, se outro interesse não tiverem, constituem leitura de grande curiosidade<sup>6</sup>.

### 1. A investigação em Portugal

Em Portugal, até à data, muito pouco se tem feito neste domínio de uma forma sistemática. Mas tem havido alguns estudos isolados, à volta de obras ou temas, que nos fornecem já interessantes indicações sobre o alcance que poderá ter um projecto de investigação de maior invergadura<sup>7</sup>.

Luiz Cardim foi quem entre nós primeiro se sentiu atraído pelo assunto, embora com interesses que não tinham relação directa com a didáctica das línguas. Em bibliotecas nacionais e estrangeiras, procurou gramáticas antigas de inglês para portugueses e de português para ingleses, dando-nos conta das suas descobertas no artigo que publicou em 1923 e que mais tarde voltou a publicar com algumas alterações<sup>8</sup>. Entre as obras de que trata o probó

---

<sup>6</sup> Estão neste caso os estudos de AISTON, R. C. (ed.) — *A Bibliography of the English Language from the Invention of Printing to the Year 1800*, Corrected reprint of Vols. I-X, Ilkley, Janus Press, 1974; ALSTON, R. C. — *Polyglot Dictionaries and Grammars; Treatises on English written for Speakers of French, German, Dutch, Danish, Swedish, Portuguese, Spanish, Italian, Hungarian, Persian, Bengali and Russian*, in «Bibliography of the English Language from the Invention of Printing to the Year 1800», Vol. II, Bradford Ernest Cummins; do próprio KELLY — *ob. cit.*, de HOWATT — *ob. cit.* e de FINKENSTAEDT, Thomas; SCHOLTES, Gertrud — *Towards a History of English Studies in Europe; Proceedings of the Wildsteig-Symposium, April 30 — May 3, 1982*, Universität Augsburg, 1983. FINKENSTAEDT, Thomas — *Kleine Geschichte der Anglistik in Deutschland. Eine Einführung*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983.

<sup>7</sup> Os únicos que até à data publicaram alguns estudos sobre a história do ensino / aprendizagem da língua portuguesa por ingleses e da língua inglesa por portugueses foram:

CARDIM, Luís — *Portuguese-English Grammarians and Eighteenth-Century Spoken English*, Porto, Emp. Indust. Gráfica do Porto, Lda., 1930.

CARDIM, Luís — *Some notes on the Portuguese-English and English-Portuguese Grammars to 1830*, in «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», n.º 5 e 6, 1923, pp. 437-51.

CARDIM, Luís — *Estudos de Literatura e de Linguística*, Porto, Faculdade de Letras, 1929.

CARDIM, Luís — *Portuguese-English grammarians and the history of English sounds*, in CARDIM — *Estudos*, pp. 157-205, 1929.

RODRIGUES, A. Gonçalves — *A língua portuguesa na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII*, separata de «Biblos», Coimbra, vol. XXVII, 1951.

MOSER, Fernando de Mello — *Para uma perspectiva da cultura Portuguesa*, «Icalp Revista», Lisboa, n.º 1, 1985, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 23-32.

TORRE, M. Gomes da — *Dr. Luiz Cardim: Dos liceus para a antiga Faculdade de Letras do Porto*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto — Línguas e Literaturas», II Série, vol. IV, 1987, pp. 279-300.

TORRE, M. Gomes da — *O interesse pelo estudo do inglês em Portugal no séc. XVIII*, in TORRE, M. Gomes da (ed.) — *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Instituto de Estudos Ingleses, Faculdade de Letras, 1988, pp. 41-50.

<sup>8</sup> A propósito desta revisão do artigo escrevia Cardim em 1931: «Em 1923 publicámos na «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», n.º 5 e 6, um artigo

professor e último director da antiga Faculdade de Letras do Porto<sup>9</sup> conta-se a que diz respeito ao mais antigo dicionário de Inglês-Português e Português-Inglês, publicado em 1701, em Londres, com o título *A Compleat Account of the Portuguese Language*<sup>10</sup>. O nome do autor aparece reduzido às iniciais A. J.. Integrando o mesmo volume<sup>11</sup>, e do mesmo autor, encontra-se uma *Grammatica Anglo-Lusitanica*<sup>12</sup>, reeditada, também em Londres, separadamente, logo no ano imediato, com as mesmas iniciais, e quatro anos mais tarde (i. é. 1705) em Lisboa, mas anonimamente. Ambas estas edições incluem alguns dos diálogos familiares tão característicos das gramáticas do tempo, para além dos modelos de documentos comerciais que a primeira edição já apresentava. Resta saber-se se, por detrás do anonimato da edição de Lisboa, se mantinha o próprio A. J. ou se outrém decidiu fazer uma edição plagiada.

## 2. Quem era A. J.?

Surpreenderia se Cardim não se tivesse preocupado com a verdadeira identidade do autor de *A Compleat Account*... De facto ele dedicou-se ao estudo do assunto, embora passageiramente, mas, no fim, não lhe restaram mais que dúvidas, adiantando uma hipótese pouco determinada, embora de grande plausibilidade. É que as bibliografias portuguesas ou não lhe diziam nada — como eram os casos da de Inocêncio da Silva e da *Biblioteca Lusitana* — ou lhe davam informações de que Cardim desconfiava. Estava neste último caso Camilo Castelo Branco, que, sem hesitação, mas sem indicar as

---

intitulado «Some Notes on the English-Portuguese and Portuguese-English Grammars to 1830. [...] Em 1929 tornámos a publicar êsse trabalho, revisto e aumentado na sua contribuição para a fonética inglesa, no livro editado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, «Estudos de Literatura e de Lingüística», e dele se tirou uma separata, em cujo título se precisaram melhor a natureza e os limites do assunto, ficando a chamar-se em definitivo «Portuguese-English Grammars and Eighteenth-Century Spoken English» (pp. 5-6).

<sup>9</sup> A primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi criada, mercê da influência política de Leonardo Coimbra, em 1919; também por razões políticas, mas de sentido contrário, o decreto n.º 15 365, publicado em 15 de Abril de 1928, decide sobre o seu encerramento.

Sobre o assunto v. TORRE, M. Gomes da — *Dr. Luiz Cardim: dos liceus para a antiga Faculdade de Letras do Porto*, in «Revista da Faculdade de Letras do Porto — Línguas e Literaturas», II Série, vol. IV, 1987, pp. 279-300; PINA, Luís de — *Faculdade de Letras do Porto (Breve História)*, in «Cale — Revista da Faculdade de Letras do Porto», vol. I, 1961, pp. 59-172.

<sup>10</sup> A primeira parte do dicionário, «Vocabularium Anglo-Lusitanicum», ocupa 195 páginas; a segunda parte, «Vocabularium Lusitano-Anglicum» preenche 181, não numeradas.

<sup>11</sup> Cardim refere (1930: p. 12) que o único exemplar deste volume existente em Portugal se encontrava, na altura, na Biblioteca de Évora, uma informação colhida, muito provavelmente, em Inocêncio da Silva (Tomo segundo, 1858). Assim é ainda agora: Tendo tentado encontrá-lo em outras bibliotecas portuguesas, eu próprio concluí que a afirmação de L. Cardim estava correcta. Mas na British Library existem vários exemplares (e.g. cotas 12943. h. 7 e 435. h. 24) e a possibilidade de se obterem cópias em microfilme.

<sup>12</sup> Esta gramática é constituída por quarenta páginas a duas colunas, dedicadas à morfologia, prosódia e ortografia. Seguem-se mais onze páginas com «An Appendix of the Forms of Writing», preenchidas por modelos de cartas familiares e comerciais, de «A Carta ou Instrumento de Procuraçam / A Letter of Attorney», de uma apólice de seguro, de uma letra de câmbio etc.

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

fontes onde tinha colhido os dados, atribuiu a obra a Raphael Bluteau. Cardim mostra-se céptico quanto a tal hipótese por, entretanto, ter descoberto que *A Compleat Account* era uma tradução da *Prosodia* e do *Thesouro da Lingua Portuguesa*, do jesuíta Bento Pereira, e que a *Grammatica Anglo-Lusitanica* era também uma tradução da *Ars Grammatica pro Lingua Lusitana* do mesmo autor. O inglês ocupa, por via da tradução, o lugar que o latim preenche nas obras de Bento Pereira.

Através de dados que nos adianta, Cardim procura fundamentar a improbabilidade da informação fornecida pelo autor do *Amor de Perdição*, inclinando-se mais para que a autoria pertencesse a um qualquer ex-aluno irlandês do Colégio dos Inglesinhos<sup>12</sup>, de que o próprio Bento Pereira, segundo Cardim<sup>14</sup> escreve, tinha sido director<sup>15</sup>.

A hipótese de o autor ser um falante nativo de inglês surge como a mais plausível. Uma das razões já tinha sido adiantada por Cardim com base na qualidade do inglês usado tanto em *A Compleat Account* como na *Grammatica Anglo-Lusitanica*, que é irrepreensível tanto a nível de correcção formal como no respeitante a idiomaticidade. Como as gramáticas congéneres de autores portugueses que posteriormente se publicariam nas décadas seguintes haveriam de demonstrar, tais características não eram frequentes.

Além disso, algumas passagens da introdução ao dicionário parecem indicar que o posicionamento do autor em relação a Portugal e aos portugueses é a de um estrangeiro, utilizando as terceiras pessoas gramaticais, como se pode ver pelos excertos seguintes.

Referindo-se aos portugueses escreve:

«it is not to be doubted that *they*<sup>16</sup> and *their* Neighbours suffered an extream diminution of *their* Primitive Purity by the Irruptions of those Nortenr Warriors the Goths and Vandals...»<sup>17</sup>.

E mais abaixo:

«However (as it is) notwithstanding all these Disasters, it hath successfully spread it self through all the Four Parts of the World, in

---

<sup>12</sup> Este colégio foi fundado em Lisboa, em 1622, como seminário católico, onde vinham estudar e ordenar-se futuros sacerdotes que, perante a hostilidade protestante, não tinham condições para seguirem a sua vocação no país natal (cf. WILLIAMS, Michael — *Os inglesinhos de Lisboa*, «Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor», Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Ingleses, 1988, pp. 241-249, e *English College Lisbon*, Lisboa, Bertrand Irmãos, Lda.).

<sup>14</sup> Cf. CARDIM — *Some notes*, p. 440; id. — *Portuguese-English grammarians and the history of English sounds*, p. 166; e id. — *Portuguese-English Grammarians and Eighteenth-Century Spoken English*, p. 12.

<sup>15</sup> Na publicação *English College Lisbon*, a p. 21, é apresentada uma «presidential line» que contém os nomes de todos os directores do seminário entre 1627 e 1948. Não há qualquer interregno e entre os nomes não figura o de Bento Pereira. Cardim não nos indica a fonte onde colheu tal dado, mas, com grandes probabilidades, encontrou-o em Innocencio Francisco da Silva, tomo primeiro, 1858: 352.

<sup>16</sup> Os sublinhados nas citações desta página são nossos.

<sup>17</sup> Na 2.<sup>a</sup> página de *A Compleat Account*. As páginas do dicionário não são numeradas, sendo a sequência assegurada pela ordem alfabética das entradas.

which the Portuguese have so famed *themselves* to all Posterity for *their* early Discoveries and Conquests; and even now where *their* Sword has laid aside its awfull Power...»<sup>18</sup>.

Ou ainda nas duas passagens que se seguem, em que, para além dos aspectos sublinhados anteriormente, há a registar o uso da primeira pessoa quando A. J. se refere aos britânicos:

«And since the English correspondence in Trade with the Kingdom of Portugal, hath been for those many years, and it is at this time so very considerable, and *our* Navigation to all those Parts where *that*<sup>19</sup> Nation hath yet in *their* Possession...»<sup>20</sup>.

«It is well known how uneasie the due Pronunciation of the Modern Tongues is to *our Northern* climates»<sup>21</sup>.

Outra razão liga-se com o próprio semi-anonimato das iniciais A. J.. No artigo de 1923, Cardim chega a adiantar a hipótese de elas corresponderem a «A Jesuit»<sup>22</sup>, apoiando-se no facto de Bento Pereira ter sido jesuíta. Nas versões revistas do artigo esta interpretação é abandonada, mas Cardim mantém a ideia de que «we may suspect the translation to have been made by a former Irish pupil of Pereyra, on his return to England»<sup>23</sup>.

Esta suspeita de L. Cardim é extremamente interessante. Permite-nos imaginar um jovem sacerdote britânico, provavelmente irlandês, acabado de regressar à Inglaterra depois de uma prolongada estadia em Portugal<sup>24</sup> para a realização dos seus estudos religiosos. Durante essa estadia tinha aprendido a língua portuguesa e concluído que valia a pena ensiná-la aos seus compatriotas. No entanto, a Inglaterra do tempo era hostil ao catolicismo<sup>25</sup>. Por isso, como forma de melhor poder fazer circular a sua obra linguística, o anónimo autor de *A Compleat Account* decide assiná-la apenas com as iniciais que julgamos serem do seu nome.

---

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> Também tem algum significado para o que procuro demonstrar o uso deste deíctico de distanciamento.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> *Ob. cit.*, 3.<sup>a</sup> página.

<sup>22</sup> P. 440.

<sup>23</sup> *Portuguese—English Grammarians and Eighteenth—Century Spoken English*, p. 4.

<sup>24</sup> Os jovens britânicos chegavam a Portugal por volta dos 14 anos de idade e aí se mantinham no «College of Saints Peter and Paul» (assim se chamava o seminário, que encerrou em definitivo apenas em 1973) e cá se mantinham durante doze anos até serem ordenados (cf. WILLIAMS — *ob. cit.*, 241).

<sup>25</sup> Em *English College Lisbon* lê-se: «The College at Lisbon gave secure refuge to these heroic youths and enabled them to pursue their studies in peace and build their spiritual lives in a Catholic atmosphere. After ordination they went back by devious routes to their native land, landing secretly at obscure fishing villages and hiding in the houses of the Catholic gentry until they were assigned their sphere of activity. The story has been told many times of their work and the manner of their lives, harassed continually by pursuivants and informers and ending in some instances in their being condemned to death» (p. 6).

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

Esta especulação carece de fundamentação documental. Talvez uma busca aturada nos arquivos do Ushaw College (Durham), onde se encontra o espólio do Colégio dos Inglesinhos, nos permita encontrar, entre os nomes dos seminaristas que se ordenaram em Lisboa no último quartel do século XVII, um ou mais nomes que correspondam às iniciais A. J.. Se esta etapa for bem sucedida, a que se deve seguir será a de acompanhar o percurso daquele(s) cujo(s) nome(s) corresponde(m) às iniciais e tentar encontrar num deles o interesse bastante pela língua portuguesa que possa justificar a iniciativa de publicar as obras em questão. Esta estratégia será uma forma de dar concretização à intuição de Luís Cardim, especialmente numa altura em que um novo facto, recente, poderá causar alguma perturbação em todo este problema <sup>26</sup>.

### 3. A hipótese Alexander Justice

O brevíssimo estudo de *A Compleat Account* a que procedêmos em 1984-5 baseou-se num microfilme do exemplar da Biblioteca de Évora. Por razões que não interessa referir, não nos foi possível ir àquela cidade alentejana folhear o livro. Por isso, encontrando-nos em Londres em Julho de 1987 e dispondo de uma manhã livre, fomos à British Library para verificar se lá existia algum exemplar da obra e, em caso afirmativo, consultá-la, ainda que muito brevemente, para verificação de um pormenor que pretendíamos esclarecer.

Ao procurar no catálogo pela letra J., fomos surpreendidos por um acrescento manuscrito, entre parêntesis, às iniciais do autor do dicionário. Nem mais nem menos: J. A. [i. e. **Alexander Justice?** <sup>27</sup>]. Procurando em **Justice, Alexander**, verificámos que tanto o dicionário como a gramática eram atribuídos a este autor, embora a cautelosa utilização de um ponto de interrogação nos indique que a dúvida sobre a autoria persiste <sup>28</sup>.

Na ocasião, devido ao pouco tempo que tínhamos à nossa disposição, não nos foi possível fazer mais do que a verificação de que Alexander Justice tinha vivido na época e publicado as suas obras no início do século XVIII. Mas nenhuma das bibliografias que, à pressa, pudemos consultar lhe atribuída a autoria de *A Compleat Account*. Tal constituía uma primeira indicação de que a inscrição manuscrita que me tinha sido dado ler nos ficheiros da

---

<sup>26</sup> Razões de falta de tempo não nos permitiram ainda dar estes passos. Através da mediação do Rev. Michael Williams, estamos já autorizado pelo bibliotecário do Ushaw College, Rev. Dr. Michael Sharratt, a proceder às buscas nos arquivos do 'Lisbon Room' daquele colégio.

<sup>27</sup> O ponto de interrogação indica, sem margem para dúvidas, que o autor da inscrição não tinha grande certeza da hipótese que adiantava.

<sup>28</sup> Eis a transcrição interal da ficha que consta do vol. 38 da letra J do *General Catalogue*:

— *A Compleat Account of the Portugueze Language. Being a Copious dictionary of English with Portugueze, and Portugueze with English. Together with an easie and unerring method of its pronunciation ... and a compendium of ... rules of construction and orthography digested into a grammatical form. To which is subjoined by way of appendix their usual manner of correspondence by writing ... By A. J. [i.e. Alexander Justice?] London: printed by R. Janeway, for the author, 1701.*

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

British Library poderia ser o resultado de alguma precipitação, explicável apenas pela simples coincidência cronológica e pela coincidência das iniciais. O facto mais perturbador, porém, era a transferência da hipótese manuscrita na ficha respeitante a A. J. para a ficha relativa a *Alexander Justice* do *General Catalogue* da British Library.

Nos finais de 1989 voltámos a Londres e pudemos dedicar à questão o tempo que nos pareceu necessário para tentarmos esclarecer o problema<sup>29</sup>. O objectivo principal era estudar tudo aquilo que fosse possível encontrar sobre o misterioso A. J. (ou A. J.'s) e *Alexander Justice* e ler as obras deste último.

Em relação a todos os outros autores que tinham assinado trabalhos com as iniciais A. J. e que figuram no *General Catalogue* havia sempre a apresentação do nome completo. Estão neste caso Augustus Jessopp, A. Johnston, Aleksander Jabtonowski, A. Jars, Anthony Janson, A. A. Jakubowski, *Alexander Justice*. Além de nem todos terem vivido na altura da publicação de *A Compleat Account*, os títulos das respectivas obras figuram no catálogo e entre eles não se regista a presença de nenhum dicionário inglês-português. Em relação a *Alexander Justice*, cujos verbetes incluem títulos de obras relacionadas com leis marítimas, comércio internacional, e moedas e câmbios, não há referência ao dicionário e à gramática. Apenas numa ficha, que logo se nota ser ainda recente, figuram como de sua autoria as obras de que nos ocupamos neste artigo, uma atribuição que, como se demonstrará daqui para a frente, deve ser vista como duvidosa.

Das várias bibliografias que consultámos na British Library, apenas as de Lowndes e de Hazlitt registam A. J., autor de *A Compleat Account*, e não fazem qualquer referência à gramática nem nos apresentam quaisquer elementos biográficos sobre o autor<sup>30</sup>.

Deparámos com a mesma escassez de informações sobre a biografia de *Alexander Justice*, embora as suas obras sejam referenciadas, nem sempre em número coincidente nas várias bibliografias. Vejamos o que algumas delas registam:

«J. A. *Alexander Justice*. A general Treatise of monies and exchanges... 1707 — See «A well-wisher to Trade»<sup>31</sup>,<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> Agradecemos à Universidade do Porto e ao INIC terem-nos proporcionado esta visita de estudo.

<sup>30</sup> «J. A. — *A Compleat Account of the Portugueze Language; being a Copious Dictionary of English with Portuguese, and Portuguese with English*. London 1701. folio. 6s» (LOWNDES, William Thomas — *The Bibliographer's Manual of English Literature*. New edition, revised, corrected and enlarged by Henry G. Bohn. (6 vols.). London: Henry G. Bohn, 1864 (vol. III: 1175); «J. A. *Complete Account of the Portuguese Language*, 1701, I, 232» (HAZLITT, W. Carrew — *Bibliographical Collections and Notes on Early English Literature 1474-1700*. Third Series. London: Bernard Quaritch, 1887, p. 397.

<sup>31</sup> «a Well-wisher to Trade» é o pseudónimo usado por Justice no tratado sobre moedas e câmbios, publicado em Londres em 1707. Mas a dedicatória da obra («To Mr. Nicholas Tourton») é assinada com as iniciais A. J..

<sup>32</sup> CUSHING, William — *Initials and Pseudonyms: A Dictionary of Literary Disguises*, Waltham, Mass., Mark Press. Inc., 1963, vol. I, p. 140.

«J[ustice] (A[lexander].) A General Treatise of the Dominion of the sea: And a Compleat Body of Sea-Laws: Containing what is most Valuable on that Subject in antient and Modern Authors;... and Adjudg'd Cases in several Courts concerning Trade and Navigation. By A. J. Second Edition. London 1705. 4<sup>to</sup> + The Third Edition, with large Additions, and Improvements. And a New Appendix... London: for the Executors of J. Nicholson; ... [1707] 4<sup>to</sup>, pp. (26), 684, 107»<sup>33</sup>.

«Justice, Alexander. 1. Laws of the Sea, &c., Lon., 1705, 4<sup>to</sup>.  
2. Commerce, 1707, 4<sup>to</sup>»<sup>34</sup>.

«JUSTICE, Alexander. — A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea, Jurisdiction of the English Admiralty, &c.; with and Appendix, concerning Pressing. Lond. 1705, 4<sup>to</sup>. — A General Treatise of Monies and Exchange. Lond. 1707, 4<sup>to</sup>»<sup>35</sup>.

Com base nestes dados e tendo em conta as re-edições de algumas das obras de Justice, o que testemunha a sua procura e interesse, parece legítimo considerar-se que ele era, ao tempo, um autor relativamente conhecido. Seria de estranhar, portanto, que nenhum dos bibliógrafos citados se referisse às suas obras linguísticas (i. e. ao dicionário e à gramática) se ele tivesse sido, efectivamente, o seu autor. Para mais, há a registar a circunstância de Justice ter assinado algumas das obras referenciadas apenas por A. J. ou por um pseudónimo ainda mais indecifrável como era «a Well-wisher to Trade». Se os bibliógrafos ultrapassaram estes 'mistérios', também os teriam certamente ultrapassado se Justice tivesse escrito *A Compleat Account*, afinal uma obra de alguma importância<sup>36</sup> que os editores não gostariam de ver ignorada.

Estas são as primeiras razões que julgamos poder utilizar para pormos em dúvida a atribuição da autoria de *A Compleat Account* e da *Grammatica Anglo-Lusitanica* a A. Justice. Mas há argumentos de outra natureza que poderão ser aduzidos com o mesmo objectivo. Tais argumentos podem colher-se naquilo que o próprio Justice escreveu.

No prefácio ao tratado sobre dinheiros e câmbios Justice apresenta-se, antes de mais, como tradutor:

«*Mr. Nicholas Lincoln*, a Merchant of this City, having brought from abroad, a Book of Monies and Exchanges, Printed in *Holland*»<sup>37</sup>,

<sup>33</sup> SABIN, Joseph — *A Dictionary of Books relating to America from its discovery to the present time*, New York, J. Sabin & Sons, vol. IX, p. 377.

<sup>34</sup> ALLIBONE, S. Austin — *A Critical Dictionary of English Literature, and British and American Authors, Living and Deceased, from the Earliest Accounts to the Middle of the Nineteenth Century*, (3 vols.), Philadelphia, Childs & Peterson / London, N. Trübner & Co, 1859, vol. I, p. 1005.

<sup>35</sup> WATT, Robert — *Bibliotheca Britannica; or A General Index to British and Foreign Literature*, Edinburg, Printed for Archibald Constable, 1824, vol. II, p. 560.

<sup>36</sup> Se houve interesse pela re-edição da gramática logo em 1702, isso só se justifica pelo interesse que a obra despertara.

<sup>37</sup> Os itálicos são do original.

in the *French Language*, which he thought might Merit an Impression in the English: I was apply'd to for Performing that Translation»<sup>38</sup>.

Logo a seguir faz uma referência ao facto de o seu mecenas não se ter poupado a esforços e despesas «in procuring to the Author several Rare and Useful Books in Foreign Languages<sup>39</sup>». Este depoimento poderá levar-nos a pensar que Justice era um poliglota e que entre as suas capacidades poderia figurar a de ler e entender português. Todavia, a continuação da leitura começa a dar-nos indicações diferentes. Antes de mais, parece ser o francês a língua estrangeira que ele dominava melhor, senão a única que conhecia. Provas disso são a citação que acabamos de fazer e a sua afirmação de ter tido «residence in that Country» [França]<sup>40</sup>.

As nossas dúvidas quanto ao conhecimento da língua portuguesa por parte de Justice começam quando na mesma página ele escreve:

«Next that comes an Account of the Exchanges of Spain and Portugal, which reaches to the end of Page 180, which I have taken from the French Author».

É óbvio que isto não chega para provarmos que Justice não sabia português, pois o que parece importar na passagem citada é a informação sobre os câmbios em Portugal e na Espanha, e aquilo que o nosso autor estudou/traduziu estava contido num livro escrito em francês. Mas, para além desta língua, Justice não devia conhecer muitas mais. Pelo menos holandês e alto alemão confessa conhecer mal<sup>41</sup>.

Não faz qualquer referência à língua portuguesa, o que talvez acontecesse se Justice a falasse ou, simplesmente, conhecesse. Pelo contrário, tudo quanto encontramos na obra e que se relaciona com a nossa língua parece

---

<sup>38</sup> JUSTICE, Alexander — *A General treatise of Monies and Exchanges; in which those of all Trading Nations are particularly Describ'd and Consider'd. With An Account of all the Foreign Banks and different Species and Denominations of Monies, with their Current and Intrinsic Value; and of the Method and Practice of Foreign and Domestick Exchanges. Together with An Exact Translation of the Excellent Ordinances lately Publish'd in France, for Exchange and Commerce, and the Regulations of most Trading Places upon that subject. With an Introductory Discourse of the Nature and Origin of Exchange, Containing also the Principles of the most Intricate and Useful part of Commerce; with Forms of Bills of all sorts, and the Customs of Merchants relating thereto; in a most Easie and Familiar Method. As also, Tables of the Reduction of the Monies and Exchanges of the most Considerable Towns in Europe. To which is subjoyn'd, A General Discourse of the Trade and Commodities of most Nations: with a more particular Account of those of England, &c. Together with An Universal Treatise of the Weights and Measures usual in Trade all over the World, with Curious Tables relating thereunto: Of all which, a more particular Account in the Preface, By a Well-wisher to Trade, London, Printed for S. and J. Sprint, and J. Nicholson, 1707.*

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> Na 3.ª página do prefácio.

<sup>41</sup> «Next that you will find the two Articles of the Exchanges of *Germany*, and the Northern Countries, and some other Places; and those of the Low-Countries, which is likewise a Translation from the aforesaid *French Author*, except some sheets from the *Dutch* and *High German Tongues*; Containing the Regulations for the Exchange of several Remarkable Towns and Cities in those Countries, performed by two other hands, better acquainted with those languages than I» (3.ª página do prefácio)

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

indicar que o autor a ignorava. É isso que acontece quando Justice faz referência a medidas e pesos portugueses.

Num apêndice que Justice intitula «A General Discourse of Weights and Measures usual in all Considerable Towns of Trade», trata «Of the Barros and Cavidos of Portugal»<sup>42</sup>. Os nomes das medidas portuguesas são um tanto misteriosos, embora seja possível, pelo contexto e pelo estudo das comparações que Justice faz delas com medidas estrangeiras, concluir-se que são medidas de comprimento. Vejamos o que ele escreveu:

«The Barros and Cavidos of *Portugal* containing an inconsiderable matter less than 1  $\frac{1}{10}$  Aunes of *Amsterdam*, to avoid Fractions, you may reckon, that 100 Aunes of *Amsterdam* make 61 Barros of *Lisbon*, and 100 Barros of *Lisbon* make 164 Aunes of *Amsterdam*. II. And 100 Cavidos of *Portugal* makes but very little less, than 100 Aunes of *Amsterdam*.

The Cavidos of the Isle of Fagal, and other Islands, called the Isles of *Flanders*, belonging to the King of *Portugal*, is equal to an Aune of *Amsterdam*; which I have verified by the account of Sale of a certain quantity of Goods, which being sent thither from *Amsterdam*, rendered there as many Cavidoes, as there was sent thither of Aunes»<sup>43</sup>.

Nem os dicionários portugueses nem os ingleses registam 'barros' (como medida, obviamente) ou 'cavidos/cavidoes', o que nos levou a pensar que Justice terá procurado dar forma escrita àquilo que teria ouvido pronunciar — de forma incorrecta, pelos vistos —, relativamente às medidas portuguesas, provavelmente entre os mercadores ingleses ou franceses. O que ele queria dizer era, muito provavelmente, **varas e côvados**. A referência ao 'aune' (que, segundo o *Oxford Universal Dictionary*, era uma medida francesa antiga usada na medição de tecidos, equivalente àquilo que em inglês se designava de 'ell'<sup>44</sup>) permite-nos fazer um exercício de deduções que nos possibilita, com alguma segurança, chegar àquilo que Justice pretendia dizer. Se 1 'aune' correspondia a 1 'ell' e esta medida, na prática comercial flamenga do século XVIII, equivalia a 27 polegadas (i. é., 0,6858 metros), não há dúvida de que, ao escrever «100 Cavidos [...] makes very little less, than 100 Aunes of Amsterdam», o nosso autor deveria ter escrito **côvados** e não **cavidos**. Na realidade 100 côvados representavam 66 metros, e 100 'aunes' flamengos equivaliam a 68,58 metros, i. é., os côvados portugueses mediam «very little less, than» os 'aunes' de Amesterdão. Se o nosso raciocínio estiver correcto, esta falta de precisão ortográfica seria prova mais do que suficiente para

<sup>42</sup> Os itálicos nas citações desta obra correspondem ao original.

<sup>43</sup> *A General Treatise of Monies*, pp. 72-28.

<sup>44</sup> «ell = A measure of length varying in different countries. The English ell = 45in; the Scotch 37.2in; the Flemish = 27in.» (*Oxford Universal Dictionary*).

«ell [...] vara (antiga medida de comprimento)», MORAIS, Armando de — *Dicionário Inglês-Português*, Porto, Porto Editora, 1966, p. 253).

demonstrar que Justice não era, nem de perto nem de longe, de tal modo conhecedor da língua portuguesa que se permitisse escrever um dicionário e uma gramática sobre ela.

Mas há mais exemplos que atestam a sua ignorância da nossa língua.

A propósito de medidas para cereais, apresenta-nos «A Treatise of Round Measures for Grains, &c.» e volta a referir-se a Portugal:

«Of Portugal

At Lisbon they reckon 4 Alguiers to the Fanegue, 15 Fanegues to the Muid and 4 Muids to the Last of *Amsterdam*»<sup>45</sup>.

E mais adiante:

«Of the Weights of Portugal, compared with those of Amsterdam.

The Arobe of *Portugal* consists of 32 Pound, which render between 28 and 29 Pound at *Amsterdam*. And 4 Arobes make the Quintal»<sup>46</sup>.

De novo nos encontramos colocados perante diversas hipóteses: ou a) as medidas e pesos portugueses citados eram expressos na Inglaterra pelas formas usadas por Justice (e.g. 'Alguier', 'Fanegue', 'arobe'); ou b) tais formas não tinham consagração e aquilo que ele escreveu eram deturpações daquilo que ouvia. Se a hipótese a) fosse verdadeira, era natural que o *Oxford English Dictionary*, pelo menos, registasse os termos exemplificados, como, aliás, acontece em relação a 'Muid' e 'Last'. Mas tal não se verifica em relação a nenhuma das três palavras em questão, pelo que a hipótese é de pôr de parte. Por conseguinte, teremos que concluir que o mais provável era Justice não conhecer as palavras portuguesas correctas, o que não deixaria de ser estranho no autor de um dicionário, publicado poucos anos antes e contendo tais palavras correctamente grafadas. Casos concretos são os de 'Arobe', 'Alguiers', e 'Fanegues' (usados, respectivamente, em vez de arroba, alqueires, e fanga ou fanega, constantes da parte Português-Inglês de *A Compleat Account* sob a forma 'arróba', 'alquiere' e 'fánga'<sup>47</sup>). Esta interpretação é confirmada pelas contas que fizemos com base nas correspondências por Justice apresentadas. Escreveu correctamente 'quintal', uma palavra que os dicionários ingleses não registam. Igualmente correcto é o uso da forma 'Muid', tradução inglesa de *moio*, como correcto é o uso de 'last', uma medida de capacidade sem correspondência entre nós<sup>48</sup>. Tal oscilação de competência só poderia encontrar-se em quem não estivesse seguro no uso do português.

Não é natural também que o autor de *A Compleat Account* revelasse ignorância elementar relativamente à realidade lusitana. E é isso que se

<sup>45</sup> P. 43.

<sup>46</sup> P. 73.

<sup>47</sup> É de notar que o acento agudo presente nestas formas é a maneira de executar o «Unerring Method of its [the Portuguese language] pronunciation» (no rosto da obra). Não se trata, portanto, de acentuação gráfica propriamente dita.

<sup>48</sup> 1 last equivalia a 80 bushels (cf. FUNK, Charles Earle — *New College Standard Dictionary*, New York, Funk & Wagnalls Company, 1961, p. 673) e representava cerca de 2.819 litros.

adivinha numa das citações anteriormente feitas. Ao atribuir ao Rei de Portugal a 'Isle of Fagal' and other Islands, called the Isles of Flanders», Justice referia-se, provavelmente, às ilhas açoreanas do Faial e das Flores. A deturpação ortográfica verificada em relação a estes dois nomes reforça a nossa opinião segundo a qual também foram deturpações de palavras portuguesas aquilo que Justice fez em relação a algumas medidas.

Poderíamos aumentar a lista de anomalias com vários outros exemplos encontrados na secção referente a tabelas de câmbios, onde os nomes das moedas portuguesas aparecem algo molestados: 'Croisado' (crusado?) 'Reas'/'Rees' (reaes/reis/reys?), 'Marvedis' (maravedis), 'Patacoon' (pataco/pataca), 'Teston' (tostão), etc., tudo palavras que, na versão apresentada por Justice, não fazem parte de nenhum dos dicionários (i. e. Português-Inglês ou Inglês-Português) de A. J. nem do *Oxford English Dictionary*, embora as formas correctas correspondentes, com excepção de *maravedis* figurem na parte de Português-Inglês.

Apesar de tudo, algo nos confunde e, de alguma maneira, poderá levar-nos à hesitação quanto a atribuirmos a Justice uma ignorância da língua portuguesa que constituísse impedimento bastante a pensar em escrever o dicionário e a gramática a que nos vimos a referir. A nossa confusão nasceu com a leitura de outra obra de Justice: *A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea...* <sup>49</sup>. Nela há algumas citações em português que nos deixam a impressão de que Justice as entende, pois comenta-as com bastante correcção. Acontece isso relativamente a) ao título de D. Manuel II e b) a uma passagem do quinto livro das ordenações <sup>50</sup>.

Evidentemente que não é de excluir a hipótese de Justice ter colhido, tanto as citações como as suas traduções, em alguma outra fonte (francesa, por exemplo) que lhe fosse compreensível e que lhe fornecesse as informações pertinentes sobre Portugal. Tal prática, incluindo o próprio plágio, era corrente na época e não estranharia que o nosso autor tivesse a ela recorrido. Mas, tal qual a obra se nos apresenta, não se nota nela a ignorância da língua portuguesa que está visível em *A General Treatise of monies...* Não só isso, mas também um conhecimento dos períodos e figuras da nossa história, a

<sup>49</sup> Para quem isso possa interessar, eis o título completo da obra: *A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea containing what is most valuable upon the Subjects, in Ancient and Modern Authors. And particularly that Excellent Body of Sea-Laws Lately Published in France; besides the Ancient Laws of the Rhodians and Romans, and of Oleron, and other Countries: With a Collection of the Marine Treaties concluded during the last century. Together with, Several Discourses about Jurisdiction and Manner of Proceeding in the Admiralty of England, both in Criminal and Civil Matters, and Adjudg'd Cases in several Courts concerning Trade and Navigation. In all which are explained at Large the Laws and Customs of Merchants, and of the Courts in Cases of Bottomry, Insurances, Charter-Parties, Bills of Lading, and Piracy, and Letters of Marque and Reprisal. To which is subjoyn'd; An Appendix concerning the Present State and Regulation of the Admiralty and Navy, and Means for improving it, and a proposal for the more easy and expeditious Manning of the Fleet without Pressing. Dedicated to His Royal Highness the Prince. By Alexander Justice, Gent., London, Printed for S. and J. Sprint at the Bell, and J. Nicholson at the King's-Arms in Little Britain; and Rs. Smith at the Bible under Piazza of the Royal-Exchange, Cornhill, 1705.*

<sup>50</sup> a) «That the Portugeeze, above all Nations, are obstinate Maintainers of this Doctrine of the Lawfulness of a Dominion and Property in the Sea, will sufficiently appear by

que Justice precisa de se referir a propósito das leis do mar, apontam para um conhecimento das realidades portuguesas que está de todo ausente da obra de 1707.

De novo há que admitir a possibilidade de o autor ter tido acesso a fontes de informação sobre a história portuguesa e sobre as leis do nosso país sem precisar de recorrer ao português.

#### 4. Conclusão

O que fica dito acima é o produto de uma análise dos elementos a que tivessos acesso. Quase todos apontam para a conclusão de que Alexander Justice não conhecia a língua portuguesa e, por conseguinte, não poderia ter escrito *A Compleat Account e Grammatica Anglo-Lusitanica*. Mesmo após as dúvidas que nasceram da leitura que fizemos de *A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea...*, continuamos a pensar que é um erro a hipótese adiantada pela British Library.

Manuel Gomes da Torre

---

the usual Title of their Kings: And particularly King EMANUEL, in his Preface to the Laws of Portugal, stiles himself,

DOM MANUEL, per Grace de Deos Rey, Ec. Senhor de Guinee, & da Conquista & Navegacam & Commercio d'Aethiopia, Arabia, Persia & da India, &c.

Where you see he pretends to be sole Lord and Master of the Navigation and Trade of *Aethiopia, Persia, &c* Which indeed I believe he gladly would have been, to the total Exclusion of all others, if had been in his Power to enhance it to himself; ...» (pp. 90-1).

b) «But all this is yet nothing, in comparison with what is found in the Body of the Laws of Portugal concerning the Pretensions of that Nation to the sole Dominion and Sovereignty even of the vast *Atlantick Ocean* it self; for there, (I mean amongst the said Laws, *O quinto Libro des Ordennacones Tit. 112*) there is a more positive and absolute Prohibition to any Person whatsoever, whether Native or Stranger in any Ship or Vessel whatsoever to pass.

Ditas partees, mares de Guinee & Indias, & quaisquer outras terras & mares & lugares de nossa licença & autoridade, sob pena que fazendo ho contrario moura por ello morte natural & por isso mesmo feito percapara [perca para] nos todos seus beens moveis & de rays.

In which Words (as I have already said) is contained a most positive and absolute Prohibition to all Persons whatsoever to pass to the Countries, Lands, and Seas of Guinea and the Indies, in any sort of Ship or Vessel, either upon Occasion of War or Commerce, or for any other reason whatsoever, without the King of Portugal's special Licence and Authority; under pain of Death, and Confiscation of all Effects, to be inflicted upon all such Persons as should presume to go thither in Contempt of that Prohibition (p. 92).